



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS PROGRAMAS VOLTADOS PARA O PÚBLICO ENVELHECIDO NO RIO DE JANEIRO: UM PANORAMA DE REALIDADES CONTRADITÓRIAS

Camila Rodrigues Estrela

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mila1_estrela@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo está baseado nos resultados da pesquisa realizada no período entre 2010 e 2012, tendo sido realizada para a formulação da dissertação de mestrado em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A mesma focou atenção nos fundamentos dos programas de extensão universitária desenvolvidos por quatro universidades privadas do município do Rio de Janeiro para o segmento envelhecido, apoiando-se na compreensão do processo de socialização da gestão do processo de envelhecimento, abordando-o enquanto um fenômeno social determinado pela dinâmica dos modos de produção, e por isso, atravessado pelas particularidades das classes sociais. O estudo concentrou-se nesses programas tendo em vista o processo de mercantilização da universidade, vivenciado mais intensamente a partir da década de 1990, quando a extensão universitária sofreu alterações significativas em sua dinâmica de atividade educacional. A pesquisa analisou as falas dos coordenadores dos programas investigados e que estavam na coordenação há no mínimo um ano, mostrando como estes têm abordado o envelhecimento enquanto um processo homogêneo de formação e por isso, com pouca contribuição para a mudança das condições de reprodução social sobre as quais o mesmo se dá. Da mesma forma, considerou também o papel da extensão universitária, possibilitando perceber que esta instância embora esteja articulada com o ensino e a pesquisa desenvolvidos nas universidades pesquisadas, está marcado predominantemente pela lógica da prestação de serviços, através da manutenção do discurso da vivência de uma “terceira idade” ativa e saudável, oferecendo atividades que legitimam o desenvolvimento da responsabilidade individual pelo processo de envelhecimento.

Palavras-chaves: Universidade, Extensão Universitária, Envelhecimento, Mercantilização.



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

A pesquisa realizada buscou compreender os fundamentos dos programas desenvolvidos pelas quatro universidades privadas do município do Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho (UGF), Universidade Veiga De Almeida (UVA), Universidade Castelo Branco (UCB) e Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)) que contavam com o desenvolvimento de programas voltados para o público envelhecido com no mínimo 1 (um) ano de duração, dentre todas as universidades privadas do município, no período de realização deste estudo durante o período de 2010 a 2012.

Desta forma, o motivo pelo qual a escolha pelas universidades a serem estudadas foram somente as privadas, se deu com o intuito de que a pesquisa fosse elaborada buscando-se a compreensão a partir de diferentes visões das referidas universidades, tanto das formas de gestão da velhice, quanto das diferentes concepções propostas pela educação permanente adotadas nos programas de extensão universitária eleitos para o estudo, buscando refletir sobre a extensão universitária dentro da lógica de privatização do ensino superior, principalmente a partir da década de 1990, assim como procurou analisar de que forma o processo educacional desenvolvido por seus respectivos programas, tem contribuído para o conhecimento sobre o processo de envelhecimento.

Uma vez que a universidade, enquanto um dos organismos de cultura, conforme Gramsci (1978) é capaz de formar intelectuais neste sentido, sua atuação junto à sociedade, particularmente através da extensão universitária, pode ser rica para realimentar a dinâmica da produção de conhecimento, através da população envelhecida, uma vez que “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato ninguém passa dez horas sem nada aprender” (Mészáros, 2008, p. 47), onde sua atuação junto ao segmento envelhecido é capaz tanto de contribuir para a alteração do quadro da velhice encarada sem se levar em consideração as formas de reprodução social da sociedade capitalista, quanto por outro lado, para que tais bases de reprodução sejam alteradas.

Assim, a reflexão trazida pela pesquisa pretendeu ser uma contribuição para o debate dos atuais programas que atendem ao público envelhecido entendendo os fundamentos desta atuação junto a este segmento, em especial, no que se refere às formas de atuação educacional na relação universidade - indivíduo envelhecido, através de seus programas de extensão, discutindo-se a



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

partir disso, qual tem sido o papel desta instância no que diz respeito às suas práticas junto a este segmento.

No que diz respeito ao processo de envelhecimento, existe um questionamento por parte dos pesquisadores que se dá em torno de quando realmente se dá seu início. A respeito desta questão Beauvoir (1990) inicia uma reflexão sobre o envelhecimento na França nos anos 60, destacando que o momento que marca este início é mal definido, variando de acordo com as épocas e lugares, mas que entre a velhice e a morte, a primeira é considerada com mais lucidez, pois faz parte de nossas possibilidades imediatas e nos ameaça em qualquer idade, e quando acontece nos aproxima minimamente da segunda, fazendo com que muitas das vezes tenhamos a velhice por conta disso, trazendo diversos elementos para esta reflexão, a autora conclui que “os indivíduos e as sociedades estabelecem uma hierarquia das idades: não há nenhuma que seja universalmente aceita” (p.19).

Por isso, optou-se nesta pesquisa por se tratar a velhice a partir de um caráter integral, uma vez que estudá-la sob esta perspectiva é “(...) buscar acessos privilegiados para dar conta de mudanças culturais nas formas de pensar e gerir a experiência cotidiana, o tempo e o espaço, as idades e os gêneros, o trabalho e o lazer, analisando, de uma óptica específica, como uma sociedade projeta sua própria reprodução” (Debert, 1999, p.13), permitindo assim, uma análise do processo de envelhecimento na ótica de reprodução da sociedade capitalista, onde se foi possível, a partir desta perspectiva, estudar o envelhecimento, entendendo-se que as formas de se entender e enfrentar a velhice enquanto uma preocupação social é também analisá-la a partir do alcance de sua visibilidade atentando para o duplo movimento que a acompanha (Ibidem, 1999), primeiramente por um processo de socialização progressiva de sua gestão, tomado enquanto uma questão pública em um segundo momento, por outro denominado de “reprivatização” da velhice.

A velhice tem como forma de enfrentamento, primeiramente, enquanto uma questão social e política. No entanto, esta maneira de enfrentamento está inserida na dinâmica da sociedade capitalista, onde o processo de envelhecimento relaciona-se com a questão da “vulnerabilidade em massa dos trabalhadores, principalmente quando perdem o valor de uso para o capital, desprovido de rendas de propriedades, dos meios de produção, de acesso à riqueza socialmente produzida capaz de proporcionar uma velhice digna” (Teixeira, 2008, p. 77).



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

O envelhecimento não se constitui em si mesmo um problema ou uma ameaça, por si só, mas, sobretudo, é encarado desta forma, devido ao segmento envelhecido carregar os efeitos de uma vida marcada pela exploração de sua força de trabalho, a única propriedade que possui, em detrimento da lógica expansionista do capital, sendo o momento da velhice, aquele que somado à debilidade física natural do corpo, é adensado pelo processo de desgaste que se deu ao longo de sua vida, onde o trabalhador (que hoje envelheceu) teve que se submeter às condições de exploração de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência.

Caracterizando o quadro de rompimento das formas de se gerir a velhice Netto (2001) escreve que o envelhecimento, que há 40 ou 50 anos atrás, era um assunto que se restringia quase que exclusivamente à esfera familiar ou privada, passa, sobretudo, depois dos anos 1960, nos países em desenvolvimento a se transformar numa questão social e política.

O que se destaca neste momento é a grande mudança com relação ao gerenciamento por parte do Estado,

(...) não apenas como financiador, mas também como administrador, e seu caráter de obrigatoriedade, como uma responsabilidade social com as situações de riscos sociais, como desemprego, doença, invalidez, maternidade, velhice (Debert, 1999, p. 96).

Portanto, o momento em que a gestão da velhice sofre a mudança em seu formato, passando a ser tratada enquanto uma questão de cunho público é acompanhada, ao mesmo tempo, pela mudança ocorrida no Estado que passa a assumir não apenas um papel de financiador, para assumir ainda, uma condição de administrador das situações de risco social, dentre elas, a velhice. O surgimento do envelhecimento enquanto problema social, respondido no âmbito estatal é acompanhado pela instauração progressiva dos sistemas de proteção social públicos, denominados *Welfare States*, onde “apesar da diversidade de modelos e variações, o envelhecimento do trabalhador assume a condição de vulnerabilidade social, cuja proteção é de responsabilidade pública, uma questão de seguridade social” (Teixeira, 2008, p. 96).

No entanto, comparando-se este processo de acompanhamento do envelhecimento pelos países desenvolvidos com relação ao Brasil, levando em consideração o acelerado aumento do segmento mais velho da população brasileira nas últimas décadas e o contexto de subdesenvolvimento no qual ele ocorre, as formas de acompanhamento do processo de envelhecimento por este país “contrastam não só com a forma gradual com que as populações dos países europeus começaram a envelhecer, como também com o quadro de prosperidade



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

econômica que emoldurou o processo de transição demográfica em tais países, especialmente a Inglaterra” (Sant’Anna, 1995, p.76).

Ao elaborarem-se as políticas para indivíduos velhos seguindo diretrizes neste contexto neoliberal, uma questão fica evidente: o Estado se posiciona sob a lógica neoliberal e foge à responsabilidade frente à questão, se colocando em último plano e dando maior relevância e responsabilidade à participação das famílias e da sociedade civil (Goldman, 2006).

O entendimento da dinâmica da sociedade capitalista de repelir o velho se dá através da compreensão do processo de envelhecimento individualista, não o analisando também enquanto um processo multidimensional, partindo da compreensão de que “ser velho compreende um processo dialético capaz de inter-relacionar a diversidade dos elementos que compõem a existência humana” (Paz, 2001, p. 35), e por isso o entendendo dentro das condições materiais de produção e reprodução social.

A desconsideração dessas condições que determinam as diferentes formas de envelhecer a partir das classes sociais e de suas condições objetivas retrata uma abordagem homogênea do processo de envelhecimento, caracterizando o mesmo por um movimento chamado de “reprivatização” da velhice que a transforma “numa responsabilidade individual e, nesses termos, ela poderia então desaparecer do nosso leque de preocupações sociais” (Debert, 1999, p. 14). Isso camuflaria e esvaziaria a discussão sob a perspectiva de classes, perdendo-se de vista então, o sentido do envelhecimento enquanto uma questão social, principalmente para as classes destituídas de propriedade (exceto de sua força de trabalho).

Nesta perspectiva uma das questões que merece destaque é o uso do próprio termo “terceira idade” como destaca Neri (2007), usado para designar a fase inicial da velhice em alguns contextos brasileiros, como o das universidades da terceira idade existentes e do Serviço Social do Comércio (SESC), pioneiro nesta área, servindo para designar também a fase entre a vida adulta e a velhice, onde sua utilização é posta, muitas das vezes, a serviço de mascarar realidades indesejáveis, através de novas denominações para a velhice.

A invenção da terceira idade, essa nova etapa do ciclo de vida que tende a se intercalar entre a aposentadoria e a velhice, é, no essencial, o produto da generalização dos sistemas de aposentadoria e da intervenção correlativa de instituições e agentes que, ao se especializarem no



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

tratamento da velhice, contribuem para o processo de autonomização da categoria e, ao mesmo tempo, da população designada por ela (Lenoir, 1979, p. 57 apud Alves Junior, 2004, p. 48).

No entanto, as reais condições de reprodução social no qual se dá este processo, são encobertas pelo discurso de que um envelhecimento ativo e saudável condizente com o discurso de que “saber ser velho com dignidade depende da sua capacidade de aprendizagem, de inovação e de atualização” (Teixeira, 2008, p. 252).

O início das atividades criadas para o público envelhecido pelas universidades, segundo Peixoto (1997), originou-se na França com a criação das Universidades da Terceira Idade (UTI) criadas em Toulouse, na França em 1973, pelo professor de Direito Internacional Pierre Vellas caracterizavam-se administrativamente como cursos ou atividades de extensão.

Essas instituições voltadas para o ensino e para a pesquisa, segundo Pierre Vellas seu fundador, deveriam ser

(...) fundamentalmente instituições de saúde pública visando elevar os níveis de saúde física, mental e social das pessoas de Terceira Idade, bem como colocar à sua disposição programas de atividades particularmente adaptados (Lien, 1994, p. 28 apud Peixoto, 1997, p. 46).

O programa de Universidade da Terceira Idade tem, inicialmente, neste sentido, suas atividades pensadas no âmbito fundamental da área de saúde pública, buscando contribuir, a partir desta área, para o desenvolvimento de um envelhecimento saudável em sua dimensão física, mental e social.

A universidade começa então, a ser uma instituição que se abre para este público que agora possui um “novo poder”, o de reinventar-se na condição de “novos velhos” que lutam por sua qualidade de vida através de uma integração social, via processos de socialização, e neste sentido, efetivando uma “reinvenção da velhice” (Debert, 1999). São os próprios indivíduos envelhecidos, considerados os principais responsáveis por este nova maneira de envelhecer.

É possível compreender, portanto, que o público aos quais os programas para a “terceira idade” estão voltados é um público minoritário, que se apresenta enquanto um público onde “a estratégia de privatização tem melhor efeito, pois individualiza e demanda condição para seu oferecimento no âmbito privado (Teixeira, 2008, p. 246). Para Frutuoso (1999) embora os programas desenvolvidos para o público envelhecido no âmbito universitário ocorram tanto nas



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

instituições públicas quanto nas privadas (Frutuoso, 1999), suas propostas coadunam-se principalmente com a perspectiva privatista, tanto no que diz respeito ao público alvo das atividades, quanto aos efeitos almejados pelas atividades desenvolvidas.

Esse discurso denota uma tendência de desresponsabilização do Estado por políticas universalistas de alcance de direitos sociais, onde a restrição da ação estatal aos mais pobres é reafirmada:

(...) a mesma ideologia do lazer como forma de convivência, participação e ocupação do tempo livre dos idosos, da difusão de atitudes ativas, participativas e solidárias, posto que é preciso reduzir a demanda do Estado, incentivar práticas de cuidados que dependem dos indivíduos e contar com as ações voluntárias (Teixeira, 2008, p. 246).

A entrada do setor privado no sentido de responder às questões do envelhecimento evidencia a mudança do papel do Estado no que tange às questões sociais como um todo mantendo sua condição de repouso sobre a contradição entre a vida privada e a vida pública, além de atuar no sentido de “(...) administrar e manter essa contradição e não de eliminá-la, posto que é um Estado capitalista, com relações orgânicas com o capital, destinado a criar condições favoráveis à máxima expansão desses interesses privados” (Teixeira, 2008, p. 201).

Incentivar medidas privadas de repostas às expressões da questão social relacionadas ao envelhecimento é, sobretudo, manter a posição do Estado regulador, sem assumir, o mesmo, a condição de transformador da real conjuntura, que seria a modificação das bases de reprodução social na qual o processo de envelhecimento está pautado. É assumir o discurso de difusão da velhice “reinventada”, pautada no princípio de que pode ser efetivada da mesma maneira para todas as classes sociais, através de esforços individuais, sem chegar ao âmago da questão.

Nesse sentido, no contexto da educação permanente que consiste em orientar o público envelhecido para uma “pedagogia da velhice” encerrada em uma saída somente em sua imediatividade, do “isolamento social, solidão, ociosidade, decorrentes da perda de papéis sociais, em que o determinado apresenta-se como o determinante, desconsiderando as condições de vida dos idosos e universalizando suas necessidades e problemas” (Teixeira, 2008, p.167), se as propostas dos programas das universidades, principalmente as privadas, desenvolvidos para o público envelhecido basearem-se, no projeto de uma educação voltada para o capital, terá se prestado historicamente a “produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (Mészáros, 2008, p. 45).



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Tratando-se da realidade vivenciada pela universidade no contexto neoliberal na década de 1990, sobretudo, são colocados múltiplos desafios para esta instituição assim como para o Estado e para a sociedade. A universidade vive uma crise particular, que está baseada, segundo Buarque (1994) “em muitos casos, na perda da capacidade para definir corretamente os problemas aos quais a formação e a pesquisa devem servir” (p. 225), ou seja, ela não consegue definir para quem e como deve produzir e difundir conhecimento, nesse mesmo período o tema da extensão universitária apareceu freqüentemente como uma temática a ser aprofundada dentre os inúmeros debates que envolveram as comunidades acadêmicas brasileiras nesse período (Freire, 2011).

Neste sentido, ao se tratar das décadas de oitenta e de noventa, o desenvolvimento de atividades de extensão universitária no que tange à sua atuação junto ao segmento envelhecido, segundo Cachione (2003) tem no primeiro período, uma atuação considerada enquanto uma atividade educacional pioneira com adultos e idosos na área gerontológica.

Desta forma, o trabalho inicial da extensão universitária junto ao segmento envelhecido efetivou-se no sentido de oferecimento de atividades educacionais junto a adultos e velhos com a realização de estudos gerontológicos.

Entretanto, por ser um produto de uma sociedade dividida em classes, Tavares (2005) destaca que as instituições que o neoliberalismo necessita para legitimar sua ideologia, que Gramsci denomina de “Aparelhos de Hegemonia”, “são percorridas por contradições, por interesses divergentes, por crises de hegemonia, o que possibilita acreditar em transformação social mesmo dentro da ordem estabelecida e dentro dos Aparelhos em que predomina a ideologia dominante” (p.73).

A universidade possui, portanto, esta capacidade, de enquanto uma das instituições consideradas aparelho de hegemonia, poder contribuir, através de seu relacionamento com a sociedade, diante da correlação de forças que se estabelece em determinado contexto histórico, no caso, aqui o neoliberal, junto à sociedade, para a alteração e transformação do mesmo.

Freire (2011) reflete que a partir da realidade trazida pelo contexto neoliberal, com seus ajustes, tornando o ensino superior um mercado promissor que desperta interesses financeiros, a lógica empresarial imprimiu ao ensino superior uma nova cara, muito diferente das universidades e dos centros de excelência baseados no tripé ensino-pesquisa-extensão. Neste sentido,



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

conseqüentemente também a atuação da extensão sofre alterações profundas no seu papel de instância responsável pela retroalimentação do conhecimento produzido pela universidade através da interação com a população. Antes constituída enquanto possibilidade do compromisso da instituição com a transformação da realidade acaba perdendo espaço diante da lógica voraz mercadológica, onde as medidas tomadas para “aprimorar os elos entre universidade e mercado” que se coadunam com a perspectiva da responsabilidade social ou do compromisso social.

Nogueira (2005) destaca que a extensão realizada no ano de 2005 nas universidades públicas brasileiras, segue, basicamente, as diretrizes emanadas do Fórum de Pró- Reitores de Extensão, onde estão direcionadas preferencialmente para atender as demandas mais urgentes da maioria da população, onde ainda que o progresso alcançado pelo mesmo fosse considerado de grande importância no ano de sua criação, ou seja, o ano 1987, estabelecendo a atuação da extensão universitária em um papel de retroalimentação do conhecimento produzido dentro dos muros da universidade, a partir de sua interação com o povo, sua atuação atualmente devido ao contexto no qual se insere e aos debates contemporâneos, continua a restringir-se hoje ao atendimento das demandas mais urgentes da maioria da população.

Se, no entanto, “o ponto de partida para elaboração do conhecimento, são os homens, em sua atividade, em seu trabalho, no interior das relações sociais que eles geram” (Sousa, 2001, p.123), esta elaboração vincula-se, sobretudo à dinâmica de reprodução social da sociedade capitalista, não estando a extensão universitária isenta da mesma, bem como a forma de formulação de conhecimento no espaço universitário através desta instituição.

Ao longo de sua história observa-se que a extensão universitária, assim como a própria universidade é marcada pela diferença de interesses e por projetos antagônicos de manutenção de sua existência, permeada por diferentes maneiras de produção de conhecimento, inserindo em certos momentos a população, no entanto, atenção deve ser dada aos conceitos desenvolvidos pelo discurso moderno que reforçam de maneira perigosa, irresponsável e hipócrita, a ideologia (neo) liberal de que “pessoas e comunidades” são as responsáveis pela resolução dos seus próprios problemas, tratando a intervenção do Estado como algo “paternalista”, legitimando o declínio da esfera pública (Soares, 2007), cuja tendência neste contexto se confirmada, é legitimar a não responsabilidade do Estado em responder às questões sociais, deixando para o indivíduo e para a comunidade o “peso” desta responsabilidade.



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Logo, a atuação dos programas de extensão das universidades especialmente as privadas ao atuarem junto ao segmento envelhecido nos moldes “modernos” poderão possuir a tendência de reproduzir a mesma lógica, contribuindo para que o processo de envelhecimento tenha no próprio indivíduo velho, o ator principal, como o responsável por sua velhice. Uma vez tendo como pressuposto a lógica do mercado, a radicalidade adotada pela universidade da adoção do paradigma de mercado defendida pelo neoliberalismo “amesquinha a visão da Universidade, hipertrofia argumentos utilitaristas e abre uma busca desesperada da mercadoria a ser produzida pela Universidade” (Lessa, 1999, p. 23).

Neste sentido, foi possível observar através dos dados levantados pela referida pesquisa que os programas desenvolvidos têm a tendência de se embasar na centralidade do indivíduo e na sua capacidade comportamental, de adaptação, e não pertencimento a uma classe social que busca investir desta forma, numa reforma intelectual e moral do homem, por meio da ação educativa promovida e incentivada pelas classes dominantes (Teixeira, 2008).

Com isso, o desenvolvimento da ideologia dessa “nova” velhice contribui para que os velhos pobres de classe operária permaneçam vivendo uma velhice sob as condições de desigualdades, e os ricos, vivendo a velhice sob as condições de esbanjamento e lucro. A diferença entre esses dois pólos passa a ser encoberta a partir do discurso de que vivenciar uma boa velhice é uma responsabilidade individual e consequência de esforços nesse mesmo sentido, retirando a responsabilidade do Estado de prover políticas, programas e ações adequadas a todo o segmento populacional envelhecido.

Neste sentido a compreensão da efetivação dos programas “educacionais” voltados para o público envelhecido no âmbito das universidades, aqui, estudadas, fez emergir o viés mercadológico presente nelas no qual a educação está travestida por uma “educação bancária” (Freire, 1987), caracterizada enquanto uma educação onde os seres são vistos como de adaptação e ajustamento, constituindo-se em um processo de “domesticação”, impossibilitando-os de despertá-los como contradição de si mesmos e da realidade.

Sendo o sentido da extensão universitária ainda esvaziado de interação junto ao ensino e à pesquisa vê-se diminuída a capacidade para a construção de um conhecimento que possibilite aos indivíduos alterarem a ordem estabelecida de responsabilização individual do processo de envelhecimento para uma de não alteração das bases de reprodução social.



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Neste sentido as propostas educacionais dos programas voltados para o segmento envelhecido nas universidades pesquisadas também tem se constituído tendencialmente enquanto espaços de confirmação de um modelo de velhice ativa e engajada, vivenciada da mesma forma por todos os indivíduos, sem distingui-los pela classe social que representam, retirando do Estado a responsabilidade com as demandas advindas do processo diferencial de envelhecimento social e repassando-a aos indivíduos.

Embora o estudo feito não permita generalizar seus achados, pretendeu ser uma modesta contribuição à reflexão do aperfeiçoamento do exercício dos programas desenvolvidos para o público envelhecido no âmbito de extensão universitária, no sentido de se aprimorar o conhecimento que a universidade pode reproduzir junto a este público no sentido de construção de perspectivas críticas sobre o mundo que os cerca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES JUNIOR, Edmundo Drummond. **A Pastoral do Envelhecimento Ativo**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. PPGEF/UGF, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BUARQUE.C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Silene de Moraes. **Desafios da extensão universitária na contemporaneidade**. *Revista Conexão*, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3670>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

GOLDMAN, Sara Nigri. **Universidade para a terceira idade: uma lição de cidadania**. *Textos Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2001. Disponível em



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

<http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282001000100002&lng=pt&nrm=iso> Acessos em 04 jan. 2012.

LESSA, Carlos. **A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro.** Dados, Rio de Janeiro, v.42 n.1 p.23-64, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008

PAZ, Serafim. **O trabalho (des) humano e suas conseqüências na aposentadoria e na velhice.** In; GOLDMAN, S.N.'PAZ. S. F. (Org). Cabelos de néon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 32-47, 2001.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2005

PEIXOTO, C. **De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos.** In: VERAS, R. (org.). Terceira idade: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997

SANT'ANNA, M. J. **UnATI: A Velhice que se aprende na escola, um perfil de seus usuários.** In VERAS, R. (org.). *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará – UERJ - UnATI, p. 75-102, 1995

SOUSA, Ana Luiza Lima. **Concepção de Extensão Universitária: Ainda Precisamos de Falar sobre Isso?** In: Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.